
RUMO A UM CAMPO DE ESTUDOS DE MÍDIA E DEFICIÊNCIA

TOWARD A DISABILITY MEDIA STUDIES

HACIA UN CAMPO DE ESTUDIOS SOBRE LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN Y LA DISCAPACIDAD

ELIZABETH ELLCESSOR¹

MACK HAGOOD²

BILL KIRKPATRICK³

Publicação: 22/12/2021

¹ É professora associada em estudos de mídia na University of Virginia (EUA) e membro sênior do corpo docente no Miller Center. Atualmente, está conduzindo pesquisas sobre mídia de emergência, incluindo 911, telefones de luz azul do campus, LifeAlert e sistemas de resposta de emergência pessoal semelhantes.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1149-5670> E-mail: gae2f@virginia.edu

² Professor de Estudos Comparativos de Mídia na Universidade de Miami, realiza pesquisas etnográficas e de arquivamento em mídia digital, tecnologias de som, deficiência e música popular. Tem especial interesse em como as pessoas usam mídia de áudio para controlar seus arredores espaciais, interações sociais e senso de identidade.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-3033-4872> E-mail: hagoodwm@miamioh.edu

³ É professor assistente visitante de sociologia na Universidade de Winnipeg, lecionando nas áreas de sociologia da mídia e tecnologia, bem como saúde, medicina, sexualidade e corpo. Antes de vir para Winnipeg, ele foi Professor Associado no departamento de Comunicação da Denison University em Ohio (EUA).

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-1382-8945> E-mail: b.kirkpatrick@uwinnipeg.ca

Em um shopping lotado, um *flash mob* apresenta uma dança do hit de *synth-pop* de 1983 "*Safety Dance*", liderado por um cara ligeiramente nerd em um colete vermelho (fig. I.1). Ele chuta, gira e, para o *grand finale*, ele avança no ar, sustentado por outros dançarinos enquanto multidões de compradores aplaudem. Então a música para, ele é jogado sem cerimônia de volta em sua cadeira de rodas, e o sonho de Artie de ser fisicamente capaz termina em desânimo com a realidade de sua existência deficiente.



Figura I-1. Um grupo de jovens garotos, com Artie na frente e no centro, performando uma dança inspirada em hip-hop em um shopping.

Esta cena de *Glee* (Fox, 2009-2015)¹ recebeu muitos elogios da crítica: Todd VanDerWerff do *A.V. Club* disse que este "pode ser o melhor" episódio de *Glee* de todos os tempos, enquanto James Poniewozik da *Time* chamou de "divertido, impressionante e comovente de forma irrestrita."² Mas a representação da deficiência é complicada. A admirável política de visibilidade que levou *Glee* a incluir um usuário de cadeira de rodas como personagem central é prejudicada pela escolha industrialmente conveniente de um ator sem deficiência (Kevin McHale) para o papel. Os principais críticos elogiaram o desempenho supostamente realista de McHale, mas pessoas com deficiência³ apontaram que, na verdade,

sua atuação foi totalmente errada, sua postura contorcida um "retrato impreciso da maneira como um paraplégico normalmente se senta".⁴ Mesmo quando o show tinha Artie dançando em sua cadeira de rodas, seus movimentos eram uma fraca imitação da força e da arte de grupos de dança, como a AXIS, que incorporam cadeiras de rodas.⁵ A própria história – na qual Artie sonha (não pela última vez) com uma existência melhor como uma pessoa sem deficiência – reforça a ideia dominante, mas problemática, de que as pessoas com deficiência são inevitavelmente infelizes e tudo o que mais querem é ser "consertadas".⁶ Obviamente, muitos discordaram que as representações do programa foram um sucesso “completo”.

Não apenas a representação da deficiência é complicada, mas a questão está se tornando mais urgente. À medida que a ciência médica alcança novos avanços no “reparo” de deficiências, as representações da deficiência na mídia proliferam como nunca antes. No início do século 21, séries de televisão, de *House* (Fox, 2004–2012) a *Breaking Bad* (AMC, 2008–2013), *Switched at Birth* (ABC Family, 2011–2017) e *Friday Night Light* (NBC, 2006–2011), têm personagens com deficiências em destaque. Filmes importantes como *Avatar* (James Cameron, 2009), *O Discurso do Rei* (Tom Hooper, 2010) e *A Teoria de tudo* (James Marsh, 2014), entre inúmeros outros, mostram a questão da deficiência como tema central. Na verdade, toda a gama de cultura popular – de atletas correndo com pernas de fibra de carbono a vídeos virais de pessoas surdas trocando seus novos implantes cocleares – está repleta de representações de deficiência. Além da representação, a deficiência está no centro de importantes inovações tecnológicas e debates políticos em relação a uma série de tecnologias de mídia, como o Gerenciamento de Direitos Digitais em e-books que protege ostensivamente os direitos autorais, mas tem o efeito colateral de impedir que pessoas cegas ativem os recursos de conversão de fala em texto.

Diante de tudo isso, a questão para pesquisadores e estudantes passa a ser: como interpretamos as relações entre deficiência e mídia? Precisamos de perspectivas e ferramentas metodológicas para analisar como a deficiência molda os textos, tecnologias e indústrias da

mídia – e como nossa mídia, por sua vez, molda o que significa ser “deficiente” ou “sem deficiência” na sociedade contemporânea. Exigimos maneiras de entender a deficiência e a mídia em termos de forças políticas e econômicas; epistemologia (como conhecemos o mundo) e fenomenologia (como o experienciamos); as histórias que contamos sobre ele e os objetivos e limitações das indústrias de mídia que circulam essas histórias; tecnologias materiais e políticas oficiais; e a compreensão que o público tem de si mesmo e do mundo. Precisamos de teorias e estratégias que nos ajudem a compreender a interação entre deficiência e cultura popular, dar conta da construção escorregadia de "deficiência" e "corpo apto", incorporar os conhecimentos e experiências vividas de pessoas marcadas como "deficientes" e analisar lutas sobre significado, inclusão e poder.

Duas disciplinas acadêmicas principais oferecem atualmente muitas das teorias e métodos de que precisamos: estudos sobre deficiência e estudos de mídia cultural-crítica. A vasta história dos estudos sobre deficiência fornece uma riqueza de insights sobre deficiência como tropo narrativo, identidade cultural, experiência vivida, status socioeconômico e categoria política. Os estudos de mídia são um campo centrado nas humanidades, um campo principalmente qualitativo que explora o funcionamento das mídias como instituições culturais, políticas e econômicas, como locais de criação de significado e contestação ideológica e como recursos para a formação e expressão da identidade social e individual.

Porém, é importante ressaltar que nem os estudos sobre deficiência nem os estudos de mídia por si só lidaram de forma adequada com as complexidades da deficiência e da mídia *juntas*. Os acadêmicos em cada campo estão desenvolvendo abordagens e percepções úteis, mas estão longe de integrar as percepções ou construir sobre as abordagens do outro. Na verdade, muitas vezes eles nem se falam: cada um tem suas próprias conferências, periódicos, grupos no Facebook etc., e ainda é raro o estudioso que mistura os assuntos e que se sente em casa em ambos os campos. Nossa alegação é que esses campos precisam aprender uns com os outros – ter uma conversa interdisciplinar, compartilhar ideias e perspectivas e

adaptar as teorias e metodologias mais úteis umas das outras – a fim de avançar nossa compreensão da mídia e da deficiência. Este livro encena uma dessas conversas e começa a demonstrar o poder dos *Estudos de Mídia e Deficiência* (EMD), uma orientação acadêmica e agenda de pesquisa que reflete a consciência de – e, em seguida, desenvolve – os pontos fortes dessas duas áreas. Há um excelente trabalho sendo feito de ambos os lados, e nosso propósito nesta antologia é ajudar cada um a entender o valor e as contribuições do outro para que, em conjunto, possam desenvolver esse campo emergente.

Qual é a natureza desta conversa? Entramos em detalhes abaixo, mas três esperanças abrangentes formam nossa visão. Em primeiro lugar, por meio desse diálogo, esperamos que mais estudiosos da deficiência vão além da análise textual das representações da mídia para considerar mais plenamente o papel da mídia nos circuitos econômicos e ideológicos de produção e recepção. Em segundo lugar, esperamos que os estudiosos da mídia tomem conhecimento de uma gama mais ampla de vivências que moldam e são moldadas por nossos encontros com a mídia. Em outras palavras, o campo precisa reconhecer a (d)eficiência como central para o estudo da mídia. Em terceiro lugar, e acima de tudo, esperamos que todos os acadêmicos se reconheçam na preocupação crítica e centrada nas humanidades com a justiça social, cultural e econômica que une os estudos sobre deficiência e estudos de mídia, dinamizando seus próprios estudos e ajudando a desenvolver estudos de mídia sobre deficiência a partir de um terreno teórico, metodológico e político comum.

Esta coleção reúne essas tradições acadêmicas na crença de que sua proximidade e seu cruzamento serão úteis para os leitores e generativa para os estudiosos. Não desejamos que este volume, e as intervenções que ele oferece, restrinjam os estudos da mídia sobre deficiência dando-lhe um nome: ao encenar uma conversa deliberadamente interdisciplinar entre os capítulos, deixamos em aberto possibilidades poderosas para inovação contínua e germinação teórica. Nesta introdução, então, delinearemos os fundamentos e o estado atual

dos estudos sobre deficiência e de mídia antes de estabelecer o terreno comum sobre o qual os estudos de mídia e deficiência podem ser construídos.

ESTUDOS DE DEFICIÊNCIA

Os estudos de deficiência são um campo relativamente novo que surgiu dentro de uma gama de tradições, principalmente da retórica, inglês, ética, história da arte, gênero e estudos queer e ciências sociais (incluindo educação e psicologia do desenvolvimento). Embora os estudos sobre deficiência estejam ganhando uma posição estrutural nas universidades graças a um número cada vez maior de programas dedicados ao tema, este legado interdisciplinar – bem como sua orientação fundamental e difundida para acessibilidade e ativismo fora da academia – é responsável por muitos dos principais pontos fortes e conquistas dos estudos sobre deficiência.

Ao interrogar as condições sociais, físicas, econômicas e ideológicas da deficiência e da não deficiência, os estudos da deficiência, em seus modos acadêmico e ativista, desafiaram o status subalterno das pessoas com deficiência e abriram novas áreas de investigação nas esferas política, cultural e acadêmica. O campo nos deu novas ferramentas com as quais estudar narrativa e representação, conduziu o estudo da vivência em novas direções e esteve na vanguarda da pesquisa sobre normas e normalização. Para acadêmicos e estudantes de mídia novos nos estudos sobre deficiência, destacaríamos três contribuições básicas como um caminho para o campo: a articulação sobre *deficiência como socialmente construída*, a *identificação e os desafios para a posição do sujeito “normatizado”* e a *ênfase na experiência vivida como uma base epistemológica* para fazer reivindicações.

Em primeiro lugar, os estudos sobre deficiência desafiaram a medicalização e patologização da deficiência, amplamente conhecida como o “*modelo médico*” da *deficiência*. O modelo médico entende a deficiência como um “fato” ontológico no mundo e

não como uma posição social e política construída. Pessoas com diferenças físicas “têm algo de errado” e são consideradas problemas médicos a serem resolvidos. Esta ainda é a forma dominante e o “senso comum” de pensar sobre a deficiência. Mas a patologização leva inevitavelmente à marginalização social e política; para pessoas com deficiência, pode levar a ameaças existenciais, como esterilização involuntária, aborto seletivo ou eutanásia, ao mesmo tempo que deixa inalteradas as estruturas e ideologias que privilegiam a saúde física e desvalorizam vivências corporais alternativas.

Na década de 1970, ativistas da deficiência no Reino Unido desafiaram o modelo médico e defenderam o “*modelo social*” da deficiência,⁷ que também foi adotado por estudiosos da deficiência. O modelo social faz uma distinção entre “limitação” e “deficiência”; postula que, embora os corpos possam ter *limitações*, elas se tornam de fato *deficiências* apenas no contexto de ambientes físicos e sociais específicos. Nesse sentido, a deficiência não é (como no modelo médico) um “fato” sobre uma pessoa, mas um status imposto pela sociedade: precisar de uma cadeira de rodas, por exemplo, só se torna uma “deficiência” devido à ausência de rampas e elevadores – ou dadas as atitudes, crenças e estruturas de poder encontradas em uma sociedade discriminatória.

O modelo social tem enormes implicações políticas, pois sugere que a deficiência não é um “defeito” físico ou mental que inevitavelmente coloca certos indivíduos fora dos limites da sociedade “normal”, mas uma identidade minoritária socialmente construída, oprimida e imposta a certos indivíduos por causa de sua diferença *percebida*.⁸ A partir desta posição, torna-se possível advogar por direitos e recursos e usar os sistemas legais e de justiça para combater a discriminação. Tão poderoso é o modelo social na formulação de argumentos de direitos civis que os ativistas o usaram com sucesso para defender a Lei dos Americanos com Deficiências (*Americans with Disabilities Act*, 1990), e sua lógica informa a linguagem e as disposições desse ato. Embora possa ser problemático agrupar indivíduos com experiências, identidades e desafios extremamente variados sob a categoria homogeneizante “deficientes”,

pode haver, dependendo do contexto, vantagem estratégica na construção de uma identidade "deficiente" essencializada na organização para a mudança social.⁹

Além da utilidade política do modelo social, derivada de sua rejeição da ontologia da deficiência, ele ajuda a entender como o modelo moldou o estudo da mídia nos estudos de deficiência, por meio do que Mack Hagood chama de "abordagem socio-textual": o pareamento do modelo social e análise textual. Esta pesquisa investiu bastante na crítica de representações estereotipadas de pessoas com deficiência, argumentando que essas representações contribuem para atitudes capacitadoras, que por sua vez informam e justificam práticas e políticas que reproduzem as condições sociais e materiais da deficiência. Por exemplo, Colin Barnes argumentou que "estereótipos incapacitantes" prejudiciais abundam em livros, filmes e televisão, enquanto Martin Norden identifica e critica tropos de deficiência problemáticos, como "o inocente" e "o vilão ciborgue".¹⁰ Alguns estudiosos ampliaram essas análises para considerar os padrões representacionais; um exemplo influente referenciado várias vezes neste volume é a taxonomia de estratégias representacionais de Rosemarie Garland-Thomson para representar pessoas com deficiência: o modo sentimental, o modo maravilhoso e assim por diante.¹¹ Por meio dessas análises, os estudos sobre deficiência demonstraram como as pessoas com limitações podem ser deficientes pelo preconceito e outras formas que são modeladas, legitimadas e recirculadas por representações da mídia.¹²

Embora o modelo social e a abordagem sociotextual permaneçam úteis para desestabilizar suposições sobre a deficiência e os estereótipos que sustentam essas suposições, eles foram criticados por simplificar demais as complexas relações entre corpos, experiências, instituições, tecnologias, ideologias e representações que constituem a "deficiência" em qualquer sociedade. Por exemplo, Robert McRuer reconhece o quão generosa a taxonomia de Garland-Thomson tem sido, mas ele argumenta que é menos uma estrutura universal do que um reflexo das ideias contemporâneas sobre deficiência.¹³ Além

disso, as análises da mídia informadas pela abordagem sociotextual tendem para a avaliação moral de representações “positivas” ou “negativas” da deficiência, em vez de considerar a representação em um contexto mais amplo de produção, consumo, interpretação e impacto cultural da mídia.

A dicotomia limitação/deficiência no cerne do modelo social também foi criticada a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, especialmente no trabalho do filósofo Michel Foucault e da teórica feminista Judith Butler, que afirmam que limitações e deficiência são construídas socialmente.¹⁴ Em outras palavras, se o modelo social sustenta que “deficiência” não é um “fato” sobre uma pessoa, então os pós-estruturalistas acrescentam que nem a “limitação” é um fato, certamente não mais do que raça e gênero são “fatos” sobre as pessoas. Nessa visão, o poder discursivo informa nossa percepção e valoração da não normatividade corporal, tornando “limitação” uma categoria instável que só tem significado quando medida em relação às normas corporais em constante mudança e contextualmente dependentes.¹⁵ Por exemplo, a visão considerada como “limitada” na sociedade ocidental contemporânea, levando em conta a presença de automóveis, a centralidade da alfabetização e outros fenômenos dependentes da visão, provavelmente seria considerada dentro da faixa do “normal” nos contextos agrários de séculos anteriores.

Esse forte construcionismo social também influenciou uma segunda contribuição importante dos estudos sobre deficiência: a identificação da *posição do sujeito “normatizado”* conforme construída e reproduzida por meio de uma gama de instituições materiais, sociais e culturais. Em suma, não só as categorias de “limitado” e “deficientes” são socialmente construídas, mas também as categorias de “normal” e “não deficiente”. O ensaio fundamental de Lennard Davis sobre “construir normalidade” traça a transição da valorização social de formas ideais (e, portanto, inatingíveis) de vivência corporal para a ascendência moral de corpos normais (e, portanto, aparentemente possíveis).¹⁶ A busca da normalidade torna-se um imperativo: a suposta possibilidade de obtenção e desejo da normalidade se

traduz em uma rejeição de tudo o que está fora da norma e encoraja – até mesmo compele – os indivíduos a se moldarem em uma forma hegemonicamente dominante de vivência.¹⁷ Davis traça o surgimento da "normalidade" prescritiva no século XIX, sua criação da pessoa com deficiência como um "problema" e sua subsequente desestabilização pela proliferação de marcadores científicos e médicos de anormalidade (que, entretanto, tornaram-se tão numerosos que o considerado "normal" pode agora estar perdendo seu significado).¹⁸

Garland-Thomson estendeu a teorização das normas ao cunhar o termo "*normate*" (normativo) para se referir a um corpo privilegiado, sem estigma, que funciona como um tipo universal em uma dada sociedade.¹⁹ O potencial crítico do normativo decorre de seu poder descritivo, pois o reconhecimento da posição do sujeito normativo permite identificar como tais posições são sustentadas por ambientes construídos, instituições sociais e discursos culturais, incluindo textos midiáticos. Além disso, ao nomear a norma geralmente invisível ou não marcada (como "cis" faz na teoria de gênero), o normativo também permite a teorização sem recorrer a uma categoria possivelmente essencializada de "deficiência" que, como mencionado acima, convida a dificuldades de definição e escopo. Voltando ao exemplo introdutório do Artie de *Glee*, podemos ver como até mesmo um texto ostensivamente "pró-deficiência" reforça a desejabilidade fundamental do normativo e, em sua implicação capacitista de que pessoas sem um corpo "saudável" nunca podem ser verdadeiramente felizes, funciona para fazer cumprir a normalidade corporal.

Dada a ênfase na construção social no modelo social e no normativo, é importante observar que muitos estudiosos da deficiência argumentam que alguns fenômenos de vivência corporal são, de fato, irredutíveis às construções sociais. Susan Wendell, por exemplo, destaca a experiência da dor como um componente da vida de muitas pessoas com deficiência, que é inerentemente subjetiva ao invés de social.²⁰ Isso leva à terceira maior contribuição dos estudos sobre deficiência (e ativismo da deficiência): a insistência nas *experiências vividas* como base para a crítica e análise. Remontando aos apelos dos ativistas

por “nada sobre nós, sem nós”, esta é uma epistemologia que refuta o modelo médico da deficiência ao tratar as vozes e as perspectivas marginalizadas das pessoas com deficiência como fontes válidas de conhecimento.²¹

Essa valorização da experiência vivida tem duas implicações principais. Em primeiro lugar, significa que as pessoas com deficiência são bem-vindas como criadoras de conhecimento em uma série de estudos. Por exemplo, muitos acadêmicos que trabalham com estudos sobre deficiência “alegam deficiência”²² ou optam por articular sua “relação com a deficiência”.²³ Além disso, os trabalhos acadêmicos podem incluir vozes deficientes por meio de várias formas de citação direta e podem oferecer crédito aos participantes ou colaboradores além da prática acadêmica padrão.²⁴ Em segundo lugar, essa postura epistemológica implica levar a sério as formas subjetivas de conhecimento, incluindo experiências de dor, narrativas específicas de opressão e fenomenologias da vida cotidiana. A deficiência nunca é uma experiência única ou um fenômeno generalizável; é sempre múltiplo, sempre contém contradições e é, na melhor das hipóteses, uma categoria política usada para agrupar experiências compartilhadas sem apagar as diferenças que persistem.

Vários teóricos da deficiência tentam reunir os tópicos acima – as vantagens políticas e críticas das perspectivas construcionistas sociais, incluindo o modelo social e o normativo, e os insights significativos oferecidos pela avaliação das experiências subjetivas de deficiência – de novas maneiras. Por exemplo, Tobin Siebers critica a perspectiva pós-estruturalista associada a Foucault e Butler por sua incapacidade de lidar com “as difíceis realidades físicas enfrentadas por pessoas com deficiência” e sua tendência de apresentar seus corpos “de maneiras convencionais, conformistas e irreconhecíveis” para pessoas que vivem com deficiência.²⁵ Siebers, em vez disso, propõe o conceito de “vivência corporal complexa”, que “aumenta a consciência dos efeitos de ambientes incapacitantes na experiência vivida do corpo pelas pessoas” (lembrando o modelo social), mas que também enfatiza que “alguns fatores que afetam a deficiência, como a dor crônica, efeitos secundários à saúde e

envelhecimento, derivam do corpo” (incorporando contextos materiais, fenomenologia e medicalização).²⁶ Da mesma forma, Alison Kafer oferece um “modelo político/relacional” de deficiência em que a deficiência surge das relações variáveis de corpos, mentes e ambientes sociais e físicos.²⁷ Nesse modelo, nem deficiência, capacidade ou limitações são evidentes por si mesmas. Kafer concorda que limitação e deficiência são construídas socialmente em contexto, mas argumenta que o modelo social pode ignorar experiências vividas de deficiência e marginalizar politicamente as pessoas com deficiência que estão interessadas em intervenções médicas ou cura.²⁸ Ao denominar seu modelo de “político/relacional”, Kafer atende à dinâmica de poder que molda relações particulares entre pessoas, instituições, cultura e estruturas materiais e que produzem deficiência como uma categoria significativa de análise.

Siebers e Kafer também sugerem diferentes maneiras de complicar a categoria de deficiência, situando-a em relação a outras identidades. Siebers propõe uma vivência corporal complexa como uma expansão da interseccionalidade,²⁹ uma teoria feminista pela qual a análise da opressão social deve considerar múltiplos eixos de identidade, incluindo raça, gênero, classe e sexualidade. Kafer baseia-se na teoria de “agenciamento” de Jasbir Puar, que desafia o essencialismo que pode ser inerente às categorias de identidade; deficiência (como raça, gênero e sexualidade) é, portanto, considerada “como eventos, ações e encontros entre corpos.”³⁰ Essas complicações teóricas abrem caminho para análises mais matizadas da mídia e da cultura que vão além do sociotextual e que convidam a um envolvimento mais direto com os conhecimentos subjetivos das pessoas com deficiência.

Ao mesmo tempo que chamamos a atenção para essas contribuições e a esses acadêmicos específicos, também reconhecemos que existem muitos conceitos e estudos importantes emergindo dos estudos sobre deficiência – incluindo o trabalho interseccional recente na mídia – para destacá-los todos aqui, embora muitos sejam referenciados e explicados nos capítulos seguintes.³¹ Contudo, como uma cartilha sobre os conceitos básicos

para aqueles que são novos nos estudos sobre deficiência, esperamos que o conteúdo apresentado acima já comece a ilustrar o que os estudos sobre deficiência podem oferecer a outras disciplinas.

ESTUDOS DE MÍDIA

Existem muitas variedades de estudos de mídia, com métodos variados, suposições subjacentes e nomes. Escolas e acadêmicos dedicados ao estudo da mídia podem ser afiliados ao jornalismo, comunicação de massa, retórica, cinema, telecomunicações, ciência da informação ou muitas outras nomenclaturas. Essa plethora de nomes está acima de uma variedade de abordagens: alguns trabalhos, denominados “ciência da comunicação” ou “efeitos da mídia”, baseiam-se em métodos científicos psicológicos ou outros métodos científicos sociais para estudar os efeitos do envolvimento com a mídia em nossos pensamentos e comportamentos;³² a “comunicação de massa” tende a se concentrar nos aspectos econômicos e institucionais dos sistemas, conteúdo e público da mídia, frequentemente com ênfase na persuasão, relações públicas e propaganda;³³ os estudos cinematográficos muitas vezes têm uma dívida com a história da arte e a análise formal ou estética de textos, com as tradições da interpretação literária ou com uma série de teorias de recepção (principalmente a psicologia freudiana e cognitiva para analisar as relações filme-público);³⁴ e estamos apenas arranhando a superfície. Há muitos trabalhos excelentes em todas essas tradições – alguns deles relacionados à deficiência – mas eles não são o foco deste volume.

Em vez disso, esta coleção coloca em primeiro plano – e postula como uma base produtiva para EMD – uma vertente de estudos de mídia com base nas humanidades críticas e na qual a mídia é analisada em primeiro lugar por seu papel nas lutas pelo *poder* social, político e econômico. Nesta abordagem, textos de mídia, públicos, indústrias e tecnologias

são inseparáveis de seus contextos sociais específicos, ou seja, suas condições políticas, materiais e econômicas concomitantes, uma vez que é dentro de contextos específicos que significados específicos têm consequências particulares para as relações sociais e de poder. Uma vez que essas lutas são frequentemente expressas em relações entre mídia e raça, gênero, classe, sexualidade e outras categorias de diferença, os estudos de mídia são radicalmente interdisciplinares em sua essência, emprestando da teoria feminista e dos estudos queer para analisar gênero e a mídia, das tradições marxista para estudar classe e status socioeconômico e a mídia, e assim por diante. De fato, muitos estudos sobre deficiência podem se basear em fundamentos semelhantes dos estudos culturais britânicos, do pós-estruturalismo e dos estudos feministas, queer e raciais críticos.

Para ajudar a orientar os estudiosos provenientes dos estudos da deficiência que desejam se envolver com novas maneiras de estudar a mídia, vamos destacar duas abordagens teóricas e métodos principais que separam os estudos de mídia de outras abordagens baseadas em humanidades: a valorização da *cultura popular na vida cotidiana* e uma *abordagem integrada* para o estudo da mídia que usa diversas metodologias para considerar a produção, circulação e recepção da cultura mediada em contextos sociais e industriais específicos.

Em primeiro lugar, o estudo da *cultura popular* significa levar a sério os elementos da vida cotidiana, incluindo os prazeres disponíveis nos textos da mídia. Em contraste com as abordagens estéticas que buscam separar a arte "boa/alta" da arte "ruim/baixa", ou abordagens baseadas em efeitos que tentam identificar relações causais entre o consumo de mídia e os pensamentos e comportamentos de alguém, os estudos de mídia estão interessados em como as pessoas realmente dão sentido aos artefatos de mídia – até mesmo formas de mídia estigmatizadas socialmente – e o que elas fazem com eles no decorrer de suas vidas. Mais uma vez, o poder é central: baseando-se na concepção de Michel de Certeau da prática da vida cotidiana como um espaço no qual indivíduos e formações sociais podem exercer agência e "roubar" às margens de poderosas estruturas sociais e ideologias, os estudos de

mídia têm procurado destacar a política de atividades, prazeres e artefatos culturais comuns.³⁵ Um exemplo bem conhecido é o estudo de livros de romance de Janice Radway, um gênero amplamente considerado “lixo”, mas no qual os leitores (principalmente mulheres) costumam encontrar poder, para não mencionar prazeres valiosos.³⁶ A cultura popular, nessa visão, é um local de luta contínua, um espaço no qual as relações de poder e opressão em uma sociedade podem ser expostas, desafiadas, reforçadas e rearticuladas por aqueles que encontram poder e prazer nos artefatos culturais. Também pode fornecer recursos para a formação de identidade, coalizão e construção de capacidade e ação política coletiva.³⁷

A cultura popular não é sinônimo de “massa” ou cultura dominante; em vez disso, é “popular” precisamente porque é adotado por indivíduos que reconhecem nele algo que lhes permite dar sentido a suas vidas e relacionamentos cotidianos, e que os ajuda a navegar em seu mundo social e material.³⁸ Claro, muitas vezes os textos que oferecem essas oportunidades são aqueles produzidos em massa por indústrias de mídia corporativa, por isso é fácil descartá-los como sem importância na melhor das hipóteses e nefastos na pior: todos nós estamos familiarizados com reclamações de que reality shows “de mau gosto” como *Jersey Shore* (MTV, 2009–2012) “emburrecem” nossa sociedade. Mas os estudos de mídia, em vez disso, analisam como os indivíduos e grupos encontram e usam esses produtos culturais de várias maneiras por meio de um processo de *negociação*.

Negociação refere-se a como os leitores seletivamente atendem e interpretam os textos para formar seus próprios significados a partir deles.³⁹ Conforme avançado por Stuart Hall, a teoria da negociação reconhece que todo texto complexo contém uma riqueza de significados possíveis, e quais você privilegia dependerá de sua posição ideológica, localização social, contexto cultural e crenças e valores. O texto irá “preferir” alguns de seus possíveis significados, tornando-os mais óbvios, atraentes ou de bom senso dentro de um determinado contexto, mas nunca pode se fechar totalmente ou eliminar alternativas. O público pode resistir aos significados dominantes do texto, prestar mais atenção a essas

alternativas inextirpáveis para seu próprio prazer ou empoderamento, ou fazer o sentido “perverso” do texto para se adequar ao seu próprio contexto. Como leitores (espectadores, ouvintes etc.), “negociamos” com o texto, adaptando situacionalmente nossa leitura a nossos contextos, necessidades ou prazeres específicos. Ao contrário de certas abordagens influentes no campo do inglês que privilegiam os significados "dentro" do texto como os de maior interesse para o analista, os estudos de mídia procuram identificar significados que *podem* ser ativados e posições de sujeito que *podem* ser adotadas durante a "leitura" (dar sentido a) de um determinado texto em um determinado contexto.



Figura I-2. Artie, sentado em sua cadeira de rodas, sozinho e parecendo melancólico no shopping.

Por exemplo, voltando a *Glee* (fig. I.2), podemos adotar a leitura preferencial do texto, endossando a inclusão de Artie e apreciando a validação por parte da série de TV de sua importância e humanidade. Ao fazê-lo, também teríamos acesso a um capacitismo cultural

dominante, pressupondo que alguém com deficiência motora sonharia e aspiraria a ter um corpo sem deficiência física. Alternativamente, podemos adotar uma leitura mais negociada ou mesmo de oposição que funcione contra tais ideologias. Podemos nos irritar quando o texto sugere que Artie está incompleto ou insatisfeito por causa de sua deficiência e, apesar de nossos prazeres no texto, nunca podemos esquecer que, em nível industrial, os produtores contrataram um ator sem deficiência para o papel. Em outras palavras, ao invés de simplesmente adotar os significados colocados diante de nós (muito menos as mensagens que os criadores podem conscientemente *querer* que adotemos), nossa resposta a *Glee* pode ser complicada e ambivalente, marcada por prazer e agravamento, endosso e rejeição. Uma tarefa do estudioso, nesta visão, é ir além da leitura "preferida" de um texto para descobrir como o público está *realmente* negociando significados textuais em configurações específicas, ou como essas negociações mudam dependendo do contexto social ou das próprias experiências do público.

Há controvérsias nos estudos de mídia sobre o quão significativa essa luta pode ser em qualquer caso: em face da desigualdade e discriminação generalizada e sistêmica, quais são os papéis políticos potenciais de uma cultura popular que (de acordo com algumas críticas) funciona principalmente para reproduzir ideologias dominantes do capitalismo de consumo?⁴⁰ Não podemos explorar essas questões longamente aqui, mas encontramos um valor extraordinário em uma abordagem que leva a agência do público e a cultura popular – até mesmo a cultura "ruim" – a sério, mesmo em face da opressão estrutural. Assim, uma das contribuições dos estudos de mídia é questionar a política da cultura popular e os processos de negociação.

Uma segunda contribuição dos estudos de mídia para os estudos de mídia e deficiência é metodológica; como, afinal, podemos dar conta da diversidade de significados, interesses e contextos que são relevantes para a compreensão do lugar da mídia popular na vida cotidiana? As abordagens dos estudos de mídia têm menos a ver com a interpretação de textos

do que com o rastreamento das lutas ideológicas que cercam os artefatos de mídia usando metodologias mistas. Em outras palavras, embora muitos estudiosos em inglês adotem a natureza negociada do significado, eles tendem a se limitar metodologicamente à análise textual, perdendo assim muitas informações contextuais oferecidas pelo estudo do texto, público, indústria, contexto social e tecnologia juntos. Embora a análise textual continue sendo importante para os estudos de mídia, ela é apenas uma parte de uma *abordagem integrada* da mídia.

Essa abordagem significa estudar os textos da mídia não em isolamento relativo, mas junto com suas condições industriais de produção, os contextos sociais, políticos e materiais de sua recepção e a participação ativa do público na produção de significados – todos como fenômenos inter-relacionados.⁴¹ O que torna essa abordagem útil é sua insistência na circulação de artefatos, significados e poder entre vários lugares, textos, instituições e indivíduos. Em outras palavras, uma abordagem integrada para o estudo da mídia e da cultura rejeita as limitações de uma análise puramente textual (ou representacional), bem como as explicações simplistas de uma análise industrial de cima para baixo que atribui *muito* poder aos autores, produtores culturais, ou ao próprio sistema econômico. A cultura mediada é, em vez disso, o resultado complicado de interações entre indústrias, públicos, economia e contextos sociais e políticos mais amplos, nenhum dos quais controla completamente o processo de construção de significado.

O campo de estudos de mídia pode ser livremente agrupado em estudos de textos, públicos, indústrias e contextos sociais, embora os estudiosos frequentemente articulem ligações entre esses domínios. Metodologicamente, os estudos textuais incluem análises estéticas, discursivas e representacionais.⁴² Os estudos de audiências, frequentemente chamados de estudos de recepção, incorporam métodos etnográficos e de entrevista, bem como teorias de fenomenologia e afeto.⁴³ Uma vertente desse campo de estudos, os estudos de fãs, tem estado particularmente atenta às maneiras pelas quais o público vai “além” de um

texto para criar novos artefatos e práticas culturais a partir de material cultural existente e produzir novas maneiras de interagir com a mídia.⁴⁴ Os estudos críticos da indústria reúnem estudos culturais e abordagens de economia política, muitas vezes usando análise discursiva e entrevistas ou outros métodos etnográficos para iluminar a dinâmica da produção e distribuição da mídia;⁴⁵ estudos de política crítica revelam de forma semelhante os significados embutidos nas regulamentações da mídia.⁴⁶ Os estudos que priorizam o contexto social da mídia frequentemente empregam historiografia crítica e análises ideológicas, conectando os textos da mídia a lutas sócio-históricas mais amplas.⁴⁷ Existem muitos estudiosos da mídia que articulam textos, públicos, setores e contextos sociais, particularmente no que diz respeito à identidade; um exemplo paradigmático é *Defining Women*, de Julie D'Acci, que incluiu audiência detalhada e análise industrial e vinculou *Cagney and Lacey* (CBS, 1982-1988) a um contexto mais amplo das representações televisivas americanas das mulheres e da política de gênero na década de 1980.⁴⁸ Mais recentemente, *How to Watch Television* – uma coleção de trabalhos de muitos estudiosos – oferece snapshots de muitas dessas abordagens metodológicas e demonstra como elas podem se informar mutuamente e promover entendimentos mais complexos da mídia, seus produtores, seu público e sua situação em tempo e espaço.⁴⁹

Um último ponto a respeito é que, embora os estudos de mídia se preocupem com a produção de significados nessas múltiplas interações e contextos, tais significados não permanecem no nível das ideias. Em vez disso, eles existem no sentido material de práticas discursivas e econômicas que envolvem corpos físicos fazendo coisas, lugares físicos que são construídos de maneiras particulares e sentimentos ou afetos subjetivos que são gerados quando o público encontra textos.⁵⁰ Em outras palavras, significado e materialidade são inseparáveis: as ideias são vivenciadas e moldadas por condições materiais e práticas humanas, tornadas significativas pelos discursos que as informam e que, por sua vez, se modificam. As próprias tecnologias de mídia levantam outras questões de materialidade e

vivência: como interagimos com botões, *dials* ou consoles de jogos; como conectamos os fones de ouvido ou nos posicionamos para visualizar as telas; como os fabricantes imaginam os corpos que se envolverão com suas criações; e de inúmeras outras maneiras.

Como sugerido acima, essa abordagem aos estudos de mídia torna a análise de mídia exponencialmente mais complexa do que a análise textual sozinha. É por isso que as metodologias e perspectivas dos estudos de mídia podem ser tão poderosas e esperamos que mais estudiosos da deficiência as adotem: na negociação da cultura, situada em grandes e pequenas lutas por significado e poder, vemos oportunidades de agência e expressão própria, para a mudança política, e para recriarmos formas de “senso comum” (hegemônicas) de estar no mundo.

RUMO A UM CAMPO DE ESTUDOS DE MÍDIA E DEFICIÊNCIA

A partir das análises anteriores de estudos sobre deficiência e estudos de mídia, é evidente que há um terreno comum a ser encontrado nos objetivos, métodos e valores de cada um. A validação da epistemologia da experiência vivida pelos estudos da deficiência, por exemplo, é complementada pela valorização da vida cotidiana pelos estudos da mídia. Mais basicamente, como ambos os campos são investidos na identificação de relações de poder e opressão, e na transformação dessas relações por meio da crítica e do ativismo voltado para representações e estruturas, vemos uma unidade de propósito que indica um poderoso potencial colaborativo. Nesta seção, identificamos os benefícios mais notáveis de uma fusão de estudos de mídia sobre deficiência e, em seguida, oferecemos um breve resumo de como cada capítulo se refere a esse projeto compartilhado de formulação de um campo rico em contexto e politicamente engajado.

Em primeiro lugar, acreditamos que as teorias e métodos dos estudos de mídia podem expandir e aprimorar as maneiras como os estudiosos da deficiência analisam os textos,

tecnologias e culturas da mídia. Devido à rica atenção que os estudos de mídia dão à política da cultura popular, seu interesse generalizado na negociação como base para a produção e recepção de artefatos de mídia, e sua abordagem integrada para o estudo da mídia, pode ajudar os estudos da deficiência não apenas a se mover (ainda mais) além da abordagem sociotextual ao estudar culturas mediadas, mas também fazer um trabalho melhor de atender os desafios teóricos e metodológicos específicos de estudar mídia eletrônica em contexto e com a complexidade apropriada. Tal abordagem consideraria mais detalhadamente como as representações da mídia estão conectadas a sistemas de estrutura e agência, levando mais em consideração instituições e forças econômicas e materiais, contextos sociais e políticos de produção e recepção de mídia, limitações tecnológicas e recursos, e as formas que as audiências negociam significados. Na prática, isso sugere a necessidade de mais pesquisas etnográficas e de recepção de estudiosos da mídia sobre deficiência, uma compreensão e apreciação mais completas da economia política de produção da mídia e das estratégias, culturas e práticas industriais que informam a criação e distribuição de representações da mídia.

Em segundo lugar, os estudos de mídia poderiam claramente se beneficiar de uma maior interação com os estudos sobre deficiência. Mais urgentemente, os estudiosos da mídia precisam elevar a deficiência a uma importância maior entre suas categorias de análise. Apesar de emergir de um interesse pelo poder social e cultural, o campo tem sido lento para abordar questões de deficiência em análises de raça, classe, gênero e sexualidade. Com questões de normatividade e marginalidade tão cruciais para a disciplina, não está totalmente claro porque os estudos de mídia ainda estão longe de incorporar a deficiência em seus conhecimentos de trabalho, currículos padrão e rotinas profissionais. No entanto, como as contribuições para este volume demonstram, a deficiência não é apenas “outro Outro”⁵¹, na verdade ela levanta questões profundas de teoria, epistemologia e metodologia que enriquecem o estudo da mídia e da sociedade.

Além disso, esperamos que mais estudiosos da mídia se envolvam com conceitos como o modelo social (e seus sucessores) e o "normativo". Suspeitamos, seguindo Gerard Goggin e Christopher Newell,⁵² que muitos de nossos colegas de estudos de mídia, embora tenham superado as compreensões essencialistas de raça e gênero, ainda têm uma compreensão implícita da deficiência enraizada no modelo médico. Essa explicação, no entanto, não é justificativa. Um encontro com as teorias dos estudos da deficiência ajudará mais estudiosos da mídia a verem a construção da deficiência e da não deficiência, o poder ideológico da deficiência e da normatividade corporal e o papel das tecnologias de mídia, instituições e representações na produção e manutenção – além de potencialmente desafiadoras – essas construções e ideologias. Essas percepções se alinhariam bem com o trabalho dos estudos de mídia sobre representação hegemônica e as maneiras pelas quais textos, públicos e instituições interagem.

Além disso, os estudos de mídia se beneficiariam de uma maior apreciação de uma epistemologia que confia nas experiências vividas e físicas como base para crítica e análise. Reconhecemos que isso levanta questões teóricas significativas que não podemos aprofundar aqui – por exemplo, como pensar sobre a construção discursiva da subjetividade – mas acolhemos estudos que continuam a explorar tais questões e acreditam que o encontro será produtivo. Por exemplo, os estudos de mídia (com notáveis exceções)⁵³ tendem a negligenciar as experiências físicas e interações tecnológicas que estruturam o uso da mídia em um nível material, muitas vezes assumindo silenciosamente formas normativas de espectador ou envolvimento sensorial. Como Mills e Sterne mostraram, no entanto, precisamos entender as maneiras pelas quais as tecnologias de mídia e informação estão interligadas com a padronização e regulação do corpo humano.⁵⁴ Essa lacuna poderia ser abordada em parte através de uma maior atenção ao normativo em conjunto com metodologias de estudos de mídia para estudar a recepção e sua valorização das práticas da vida cotidiana. Ao estudar as experiências vividas por pessoas com deficiência – que muitas

vezes usam a mídia de maneira bastante diferente e, ao fazê-lo, revelam limitações despercebidas e possibilidades inesperadas de tecnologias, estruturas e textos de mídia – os estudos de mídia sobre deficiência podem abordar melhor a materialidade da mídia e uma gama mais ampla de práticas de recepção.

Também queremos enfatizar as muitas áreas de sobreposição entre os estudos de deficiência e os estudos de mídia. Por exemplo, ambos os campos estão radicalmente abertos a ideias úteis nas humanidades e emprestam livremente da teoria cultural feminista, da teoria racial crítica, dos estudos queer, entre outros. Mesmo no nível de teorias específicas, o palco para o diálogo está montado; um exemplo invocado por vários autores neste livro, vindos de ambas as disciplinas, são as noções de biopoder e biopolítica de Michel Foucault.⁵⁵ Elas dizem respeito às maneiras como os Estados modernos usam discursos científicos, técnicas de normalização e padronização e vigilância da saúde e funcionamento biológico de suas populações (desde taxas de natalidade a índice de massa corporal e comportamento sexual) para regular a conduta e administrar a sociedade. Os estudos da mídia adotaram esses conceitos em trabalhos sobre vários temas, desde programas de reforma até a mineração de dados,⁵⁶ enquanto os estudos sobre deficiência descobriram que a biopolítica é especialmente produtiva ao analisar como algumas diferenças corporais são consideradas particularmente ameaçadoras para o estado.⁵⁷ Por já compartilhar alguns vocabulários teóricos, então, os dois campos estão preparados para se encontrar em um terreno comum de estudos de mídia sobre deficiência.

Finalmente, acreditamos firmemente que os impulsos políticos desses campos são complementares e seriam fortalecidos por meio de uma "polinização" cruzada. Nas palavras de Rosemarie Garland-Thomson, “O objetivo de muitos estudos sobre deficiência é reimaginar a deficiência, para revelar como a qualidade histórica da deficiência inventa e reinventa o mundo que compartilhamos.”⁵⁸ Em suma, ela chama a atenção para o discurso como uma força cultural e material que estrutura nossas experiências, o que se alinha

claramente com os imperativos políticos dos estudos de mídia: os compromissos políticos fundamentais de ambos os campos estão ligados a questões de normatividade, marginalidade, distribuições injustas de poder, e o papel da ideologia na manutenção de sistemas de desigualdade. Ao trabalhar em conjunto, os estudos de mídia sobre deficiência podem produzir estudos que repensem radicalmente os conhecimentos recebidos sobre o funcionamento da cultura, da sociedade e da identidade. O que buscamos não é simplesmente um compartilhamento, mas uma reorientação fundamental para a interdisciplinaridade que resulta em novas questões sobre como, onde e com quais consequências a mídia e os corpos são co-constitutivos dentro de contextos sociais específicos, condições materiais, domínios políticos, estruturas políticas e paisagens econômicas e históricas.

Estamos animados porque estudos com essas fusões estão começando a surgir em vários continentes, em uma variedade de publicações e em uma variedade de disciplinas. Cada vez mais jornais, números especiais, monografias e outras coleções de pesquisa enfocam mídia e deficiência, reunindo trabalhos sobre acessibilidade, tradução, representação, saúde, gênero, raça e outras temáticas com estudos de televisão, mídia digital, cinema, medicina imagem, cultura visual e outras formas de mediação.⁵⁹ Além disso, em uma demonstração de como os estudos de mídia sobre deficiência podem ser vibrantes e produtivos, estudiosos de todas as disciplinas estão trazendo estudos de mídia e estudos de deficiência para um diálogo frutífero com a teoria queer, pós-colonialismo, "*fat studies*" (estudo sobre a pessoa gorda, em tradução livre), estudos de gênero e muito mais.⁶⁰

A presente coleção se junta a este trabalho ao fornecer uma seleção acessível de ensaios nos quais os estudiosos lutam com as maneiras pelas quais os estudos da deficiência e os estudos da mídia podem informar e enriquecer um ao outro. Para ajudar a expandir e aprofundar o intercâmbio acadêmico entre esses campos, reunimos uma ampla gama de estudos que abordam a deficiência em relação a textos, indústrias, tecnologias e audiências. Pedimos aos nossos autores que analisassem seus objetos de estudo com a consciência de

falar além de seu público disciplinar normal – no sentido de tornar seu trabalho acessível para além de seus colegas de disciplina e se esforçar para romper essas barreiras disciplinares no processo. Cada um aborda certas questões fundamentais: como o seu estudo envolve e estende as questões das representações da mídia além do textual? Como isso expande o campo de estudos de mídia existente, incorporando uma apreciação da normalização, capacitismo e epistemologias alternativas? Como isso contribui para o diálogo interdisciplinar entre os estudos da deficiência e os estudos da mídia?

Os ensaios resultantes não representam uma síntese perfeita dos estudos sobre deficiência e mídia, por meio dos quais os estudiosos de cada tradição repentinamente adotaram as teorias, métodos e perspectivas da outra; não estamos apresentando uma "terceira via" ou uma demonstração de "como isso deve ser feito". Em vez disso, vemos este volume como parte de um diálogo contínuo sobre o estudo interdisciplinar da deficiência e da mídia. Acreditamos que essa conversa é a maneira mais produtiva de avançar para melhor compreender as intersecções entre mídia e deficiência. Nenhum leitor encontrará igual valor em todos os capítulos, mas acreditamos que todos os leitores podem encontrar algo de valor em cada um.

Nosso objetivo é acadêmico, com certeza, mas também é político: à medida que as representações da deficiência proliferam em uma gama cada vez mais ampla de meios de comunicação, e à medida que novas tecnologias dão origem a novas questões de acesso e abrem novas possibilidades – mas também novas barreiras – para a participação cultural, torna-se uma questão social cada vez mais urgente compreender as inúmeras maneiras pelas quais a capacidade e a deficiência conduzem nossas narrativas culturais e enquadram nosso discurso público. Os ensaios a seguir começam a desenvolver essa compreensão e, mais importante, apontam o caminho para que outros acadêmicos, estudantes, produtores e consumidores de mídia lutem de forma produtiva com a mídia, a cultura popular e os significados da deficiência.

1 *Glee*, “Dream On”, dirigido por Joss Whedon, escrito por Brad Falchuk, Fox, 18 de maio de 2010.

2 Todd VanDerWerff, “Glee: ‘Dream On,’” *A.V. Club*, May 18, 2010, www.avclub.com; James Poniewozik, “Glee Watch: Dream until Your Dream Comes True,” *Time*, May 19, 2010, <http://entertainment.time.com>.

3 A terminologia apropriada tem sido um debate de longa data entre estudiosos e ativistas sobre deficiência. Muitas organizações e políticas de deficiência proeminentes, particularmente na América do Norte, favorecem o termo *peessoas com deficiência* como uma linguagem de “primeira pessoa” que coloca em primeiro plano a essência da humanidade do indivíduo. O problema com o termo *peessoas com deficiência* é que parece implicar que a deficiência e a limitação são inatas, e não construídas. Em outros contextos, o termo *peessoas deficientes* é preferido porque evita confundir limitação com deficiência e comunica as maneiras pelas quais as pessoas são “deficientes” pela sociedade, em vez da “limitação” que constitui sua diferença. A questão da terminologia é ainda mais complicada por causa daqueles que são amplamente considerados como “deficientes”, mas que rejeitam essa construção; o melhor exemplo são os surdos que se entendem como pertencentes a um grupo minoritário linguístico e cultural, não como “limitados” ou “deficientes”.

Esses debates estão longe de ser resolvidos, e pode-se levantar objeções teóricas e políticas válidas a todos os rótulos atualmente aceitáveis. Neste volume, tendemos a preferir *peessoas com deficiência* (o que destaca a diversidade e a cidadania dos indivíduos, em vez do achatamento de “pessoas”) como o termo mais frequentemente endossado por proeminentes ativistas da deficiência na época em que estamos escrevendo; entretanto, vários autores usaram outras formulações em seus capítulos, escolha que respeitamos. Além disso, onde é mais importante, privilegiamos uma linguagem mais teoricamente precisa – talvez um pouco jargão – como “não normatividade corporal”. Incentivamos os leitores a lembrar que *nenhum* termo seria neutro ou isento de valores e que nossas escolhas de linguagem neste

volume – é quase certo que parecerão datadas em breve – são movidas pelo respeito fundamental e um compromisso com a justiça social para as “pessoas com deficiência”.

4 Bob Vogel, “Irony of the Best-Known Wheelchair User,” *Roho*, 4 de janeiro de 2012, <https://roho.com>.

5 Kociemba, ““This Isn’t Something I Can Fake.””

6 Or, if all else fails, killed: o filme de 2016 *Me before You* (Thea Sharrock), por exemplo, apresenta um tetraplégico – novamente interpretado por um ator não deficiente (Sam Claflin) – que escolhe a eutanásia ao invés de ser um “fardo” para a mulher que ele ama.

7 Union of the Physically Impaired against Segregation and the Disability Alliance, “Fundamental Principles of Disability,” *Centre for Disability Studies*, 22 de novembro de 1975, <http://disability-studies.leeds.ac.uk>.

8 Shakespeare, “The Social Model of Disability”, 214–15; Corker e Shakespeare, *Disability / Postmodernity*.

9 Para saber mais sobre o essencialismo estratégico, consulte Gayatri Chakravorty Spivak, “Subaltern Studies: Deconstructing Historiography”, em Ranajit Guha e Gayatri Chakravorty Spivak, eds., *In Other Worlds: Essays in Cultural Politics* (Oxford: Oxford University Press, 1988): 197 –221.

10 Barnes, “Disabling Imagery”, 39; Norden, *The Cinema of Isolation*.

11 Garland-Thomson, “Seeing the Disabled.”

12 Shakespeare, “Cultural Representation of Disabled People,” 283.

13 McRuer, *Crip Theory*, 171–198.

14 O pós-estruturalismo argumenta que o que as coisas são e o que significam são o resultado do discurso e das práticas discursivas – desde a linguagem que usamos até como nos organizamos no espaço físico e como nos imaginamos em relação às outras pessoas e ao mundo. Como o discurso é instável e sempre mutável, isso significa que o mundo e nosso

sentido dele também são instáveis: podemos imaginar algumas coisas como naturais e inalteráveis, mas na verdade são o resultado de lutas de poder sobre o significado. O teórico francês Michel Foucault desenvolveu muitas dessas ideias, enquanto a filósofa americana Judith Butler estendeu as teorias de Foucault para analisar, de forma mais influente, gênero e sexualidade.

15 Tremain, “Foucault, Governmentality,” 10-11.

16 Davis, “Constructing Normalcy.”

17 Veja também o trabalho sobre “capacidade física compulsória”, como em McRuer, “Compulsory Able-Bodiedness.”

18 Lennard Davis, *The End of Normal: Identity in a Biocultural Era* (Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2008).

19 Garland-Thomson, *Extraordinary Bodies*.

20 Susan Wendell, *The Rejected Body: Feminist Philosophical Reflections on Disability* (New York: Routledge, 1996).

21 Charlton, *Nothing about Us without Us*.

22 Linton, *Claiming Disability*.

23 O’Toole, “Disclosing Our Relationships to Disabilities.”

24 Koppers, *Disability Culture*.

25 Siebers, *Disability Theory*, 57.

26 Ibid. A “vivência complexa” baseia-se e estende duas vertentes importantes da erudição feminista: a teoria do ponto de vista (diferentes identidades e experiências sociais produzem diferentes conhecimentos) e a interseccionalidade.

27 Kafer, *Feminist, Queer, Crip*.

28 Ibid., 7.

29 Kimberlé Crenshaw, “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color,” *Stanford Law Review* 43 (1991): 1241–99.

30 “Q&A with Jasbir Puar” [interview], *Darkmatter Journal*, May 2, 2008, www.darkmatter101.org.

31 Ver, por exemplo, Alaniz, *Death, Disability, and the Superhero*; Sarah Heiss, “Locating the Bodies of Women and Disability in Definitions of Beauty,” *Disability Studies Quarterly* 31, no. 1 (2011), <http://dsq-sds.org>; Amy Holdsworth, “Something Special: Care, Pre-school Television and the Dis/abled Child,” *Journal of Popular Television* 3, no. 2 (2015): 163–78; Sami Schalk, “Reevaluating the Supercrip,” *Journal of Literary & Cultural Disability Studies* 10, no. 1 (2016): 71–86.

32 Ver, por exemplo, Jennings Bryant e Mary Beth Oliver, *Media Effects: Advances in Theory and Research* (New York: Routledge, 2009); Robin L. Nabi e Mary Beth Oliver, *The Sage Handbook of Media Processes and Effects* (Thousand Oaks, CA: Sage, 2009).

33 John Durham Peters and Peter Simonson, *Mass Communication and American Social Thought: Key Texts, 1919–1968* (New York: Rowman & Littlefield, 2004); Stanley J. Baran and Dennis K. Davis, *Mass Communication Theory: Foundations, Ferment, and Future* (Boston: Cengage Learning, 2014); Bruce D. Williams and Michael X. Delli Carpini, *After Broadcast News: Media Regimes, Democracy, and the New Information Environment* (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2011).

34 Christian Metz, *The Imaginary Signifier: Psychoanalysis and the Cinema* (Bloomington: Indiana University Press, 1986); David Bordwell, *Making Meaning: Inference and Rhetoric in the Interpretation of Cinema* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989).

35 Certeau, *The Practice of Everyday Life*.

36 Janice A. Radway, *Reading the Romance: Women, Patriarchy, and Popular Literature* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1984).

37 Ver, por exemplo, Jenkins, *Textual Poachers*; Henry Jenkins, *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide* (Nova York: New York University Press, 2008).

38 Para saber mais sobre essa abordagem da cultura popular, ver John Fiske, *Reading the Popular* (Londres: Routledge, 1989).

39 Hall, “Encoding/Decoding.”

40 Theodor W. Adorno and Max Horkheimer, *Dialectic of Enlightenment* (Stanford, CA: Stanford University Press, 2002).

41 D’Acci, “Cultural Studies, Television Studies”; du Gay et al., *Doing Cultural Studies*; Johnson, “What Is Cultural Studies Anyway?”

42 Gray, *Watching Race*; Gledhill, *Stardom*; Douglas, *Listening In*; Shawn VanCour, *Making Radio: Early Radio Production and the Rise of Modern Sound Culture, 1920–1930* (Oxford: Oxford University Press, forthcoming). Veja também o capítulo de Mack Hagood, neste volume, sobre abordagens de tecnologias que podem se encaixar neste conjunto de análises.

43 Morley, *Family Television*; Ien Ang, *Living Room Wars: Rethinking Media Audiences* (London: Routledge, 1995); Hollis Griffin, *Feeling Normal: Sexuality & Media Criticism in the Digital Age* (Bloomington: Indiana University Press, 2017).

44 Jenkins, *Textual Poachers and Convergence Culture*; Gray, Sandvoss, and Harrington, *Fandom*; Hills, *Fan Cultures*.

45 Caldwell, *Production Culture*; Havens, Lotz, and Tinic, “Critical Media Industry Studies”; Holt and Perren, *Media Industries*.

46 Lewis and Miller, *Critical Cultural Policy Studies*; Streeter, *Selling the Air*; Allison Perlman, *Public Interests*.

47 Hilmes, *Radio Voices*; Spigel, *Make Room for TV*; Allen, *Horrible Prettiness*, Bodroghkozy, *Groove Tube*.

48 D’Acci, *Defining Women*; ver também du Gay et al., *Doing Cultural Studies*.

49 Ethan Thompson and Jason Mittell, *How to Watch Television* (New York: New York University Press, 2013). Para uma excelente introdução às metodologias de estudos de

mídia, consulte também Michael Kackman e Mary Celeste Kearney, eds., *The Craft of Criticism: Critical Media Studies in Practice* (Nova York: Routledge, a ser publicado).

50 D'Acci, "Cultural Studies, Television Studies," 436.

51 Kudlick, "Disability History."

52 Goggin and Newell, *Digital Disability*.

53 Ver, por exemplo, Roger Silverstone, *Television and Everyday Life* (London: Routledge, 1994); Toby Miller e Alec McHoul, *Popular Culture and Everyday Life* (Londres: Sage: 1998); Anna McCarthy, *Ambient Television: Visual Culture and Public Space* (Durham, NC: Duke University Press, 2001); Jussi Parikka, "New Materialism as Media Theory: Medianatures and Dirty Matter," *Communication & Critical / Cultural Studies* 9, no. 1 (março de 2012): 95–100.

Trabalhos recentes sobre videogames e Internet começaram a levar mais estudiosos da mídia a questões de materialidade; afirmamos, no entanto, que a perspectiva da deficiência irá acelerar essa exploração necessária e, mais importante, fornecer recursos para questionar a normatividade corporal que pode facilmente informar tais estudos.

54 Mills, "Deafening"; Sterne, *MP3*.

55 Foucault, *The History of Sexuality, Volume 1*.

56 Ouellette and Hay, *Better Living through Reality TV*; Kenneth C. Werbin, "Spookipedia: Intelligence, Social Media and Biopolitics," *Media, Culture & Society* 33, no. 8 (November 2011): 1254–65.

57 Mitchell and Snyder, *The Biopolitics of Disability*.

58 Garland-Thomson, "Representing Disability," *PMLA* 120, no. 2 (March 2005): 523.

59 A coleção recente *Different Bodies: Essays on Disability in Film and Television* é amplamente internacional, e seus autores usam estudos sobre deficiência para realizar análises críticas acessíveis de representações ficcionais, documentários e recepção do público em relação a textos de filmes e televisão (Mogk, *Different Bodies*) Trabalhos adicionais que

participam de estudos emergentes de mídia sobre deficiência incluem: Alper, *Digital Youth with Disabilities*; Ellcessor, *Restricted Access*; Ellis and Goggin, *Disability and the Media*; Ellis and Kent, *Disability and New Media*; Katie Ellis and Mike Kent, eds., “Special Issue: Disability and the Internet,” *First Monday* 20, no. 9 (September 2015), <http://firstmonday.org>; Julie Passanante Elman, *Chronic Youth: Disability, Sexuality, and U.S. Media Cultures of Rehabilitation* (New York: New York University Press, 2014); Fuqua, *Prescription TV*; Haller, *Representing Disability*.

60 Ver, por exemplo, Jasbir Puar, “The Cost of Getting Better: Ability and Debility”, em Lennard Davis, ed., *The Disability Studies Reader*, 4ª ed. (New York: Routledge, 2013): 177–84; Rebecca Wanzo, *The Suffering Will Not Be Televised: African American Women and Sentimental Political Storytelling* (Albany: State University of New York Press, 2009); McRuer, *Crip Theory*; Sami Schalk, “Coming to Claim Crip: Disidentification with/in Disability Studies,” *Disability Studies Quarterly* 33, no. 2 (2013), <http://dsq-sds.org>; Mel Y. Chen, *Animacies: Biopolitics, Racial Mattering, and Queer Affect* (Durham, NC: Duke University Press, 2012).

COMO CITAR ESTE ARTIGO

GOMES, Selma Regina; MOUTINHO, Maria Cecília Bello. Identidades mediatizadas: o enquadramento da deficiência e de atletas paralímpicos em narrativas globais. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 15, pp. 6-37, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2763-9398.2021v15n.61469>.